

As implicações dos sistemas econômicos e de mercado para a sociedade e a natureza

Daiana Aparecida Furlan Ecker

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Utfpr)

Miguel Angelo Perondi

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Utfpr)

Nilvânia Aparecida de Mello

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Utfpr)

Recebido: 11/12/2014 Versão revisada (entregue): 05/04/2015 Aprovado: 06/05/2015

Resumo

O artigo apresenta algumas considerações a respeito da implantação do mercado e do sistema autorregulável e as transformações pelas quais a sociedade passou em decorrência da fixação de um sistema econômico baseado na autorregulação. A pesquisa consistiu em um estudo com base em concepções oriundas principalmente de Polanyi (2000) e Leff (2010). Inicialmente, apresentam-se algumas considerações sobre o funcionamento de uma organização social sem a interferência do mercado e, posteriormente, busca-se perceber como se organiza uma sociedade que comporta um sistema de mercado, permitindo entender como foi, a partir do século XIX, o processo de implantação de um sistema autorregulável. Após tais considerações, se apreendem algumas das mudanças ocorridas diante de tais transformações econômicas, as quais se fazem presentes na atualidade, apontando essencialmente as consequências da degradação ambiental provenientes da conexão entre sociedade e natureza impelidas ao acúmulo de capital.

Palavras-chave | Autorregulação; mercado; sistemas econômicos; sociedade e natureza; sociologia econômica.

Código JEL | P11; P21; Q58.

THE IMPLICATIONS OF THE ECONOMIC AND MARKET SYSTEMS FOR THE SOCIETY AND NATURE

Abstract

The article presents considerations on the implementation of the market and of the self-regulating system beyond the transformations that society has gone through as a result of the establishment of an economic system based on self-regulation. The research is of bibliographical

nature and consisted in a study of conceptions coming mainly from Polanyi (2000) and Leff (2010). Initially, it presents some considerations on the functioning of a social organization without market interferences and, after that, it seeks understandings about how to organize a society which holds a market system, allowing to understand how was the process of implementation of a self-regulating in the nineteenth century. After these considerations, it has apprehend some of the changes occurred as a result of such economic transformations, which are present nowadays, essentially pointing out the consequences of environmental degradation coming from the connection between society and nature driven by the accumulation of capital.

Keywords | Economic sociology; economic systems; market; self-regulation; society and nature.

JEL-Code | P11; P21; Q58.

LAS CONSECUENCIAS DE LOS SISTEMAS ECONÓMICOS Y DE MERCADO PARA LA SOCIEDAD Y LA NATURALEZA

Resumen

El artículo presenta algunas consideraciones acerca de la implementación del mercado y del sistema autoregulable, bien como las transformaciones que ha sufrido la sociedad como resultado de establecer un sistema económico basado en la autorregulación. La presente investigación es de carácter bibliográfico y consistió en un estudio de las concepciones provenientes principalmente de Polanyi (2000) y Leff (2010). A continuación se presentan algunas consideraciones sobre el funcionamiento de una organización social sin interferencia del mercado y luego se buscó entender cómo se organiza una sociedad que posee un sistema de mercado. Esto permite entender cómo era, ya en el siglo XIX, el proceso de implementar un sistema de autorregulación. Después de estas consideraciones, se incorporan algunos de los cambios ocasionados por las transformaciones económicas, aún presentes hoy, señalando esencialmente las consecuencias de la degradación ambiental provenientes de la conexión sociedad-naturaleza conducidos a la acumulación de capital.

Palabras-clave | Autorregulación; mercado; sistemas económicos; sociedad y naturaleza; sociología económica.

Código JEL | P11; P21; Q58.

Introdução

Polanyi (2000), em sua obra “A grande transformação”, destaca que nenhuma sociedade poderia sobreviver por qualquer período de tempo se não possuísse algum tipo de economia. Entretanto, a história e a etnografia estudam vários tipos de economia, e a maioria delas é voltada para a instituição mercado, e pelo que se constata “não existiu nenhuma economia, mesmo que em princípio, anterior a nossa época que fosse controlada por mercados”, porém, a predisposição do homem para a permuta, troca e barganha é proveniente ainda dos tempos mais antigos (POLANYI, 2000, p. 62-63).

A colocação de Smith (1988) nesse sentido é parecida, já que ele sugere que a propensão de intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra é uma tendência ou propensão da natureza humana, e acrescenta ainda que essa propensão encontra-se em todos os homens (SMITH, 1988). Todavia, de acordo com Wilkinson, na visão de Smith “o homem é visto como tendo sido sempre motivado pelo cálculo instrumental nas suas transações econômicas.” (WILKINSON, 2002). Nesse ponto de vista, ressalta-se que ainda que Smith tenha defendido essa tendência do homem de permutar e trocar coisas, na verdade isso era apenas um aspecto existente na vida econômica das sociedades não-mercantis e não uma economia particular que visasse fins lucrativos (POLANYI, 2000, p. 63). Esse processo atrelado a uma forma de economia particular no meio social ocorrera tempos depois com a implantação de um sistema mercantil, o qual provocou uma transformação na vida da sociedade e em suas atividades econômicas.

Constata-se que na sociedade não-mercantil, desde o princípio, houve uma propensão para a troca ou permuta, mas essa predisposição não possuía inicialmente interesses individuais ou fins lucrativos. Portanto, a sociedade não-mercantil possuía meios de sobreviver não associados basicamente a uma economia particular. A organização era vinculada a um sistema com base em princípios não econômicos, como a reciprocidade e a redistribuição, por exemplo. Esse primeiro princípio consiste em três principais momentos da ação recíproca “dar, receber e retribuir” e possui uma característica primordial que se fundamenta na ideia de que “a troca não seria somente uma permuta de produtos, ela carrega a potencialidade da sociabilidade humana, sobre a qual se fundam a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuas.” (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007). E no princípio da redistribuição, há a arrecadação de produtos e existe um intermediário ou membro do grupo que recebe os suprimentos arrecadados e os distribui para todas as pessoas da sociedade.

Dessa forma, a economia não-mercantil organizava-se pela combinação de sistemas de reciprocidade e redistribuição, “com alternância na predominância de cada forma a depender do tipo de sociedade.” (WILKINSON, 2002). Esse tipo de economia tinha como base as regras e costumes vinculados à organização social, não possuindo uma economia ligada ao sistema de mercado. A economia era tida apenas como uma forma de organização da produção e distribuição de bens.

A partir do século XVI, um sistema mercantil começa a ganhar destaque. Dá-se início a implantação do padrão de mercado na sociedade. Esse padrão funcionava como um elemento acessório na vida econômica e não necessariamente ocupava um lugar primordial, já que ele podia estar presente ao lado de outros padrões, como os já citados de reciprocidade e redistribuição.

No século XIX, desponta o mercado autorregulável, o qual pauta-se na ideia de que nesse tipo de economia “os seres humanos se comportem de maneira tal a

atingir o máximo de ganhos monetários e a produção será controlada pelos preços.” (POLANYI, 2000, p. 89-90). Esse sistema autorregulável envolvia terra, trabalho e dinheiro, tratando-lhes como sendo mercadorias. Assim, numa experiência até então única na história, a sociedade viu-se colocada à disposição do mercado (WILKINSON, 2002; POLANYI, 2000, p. 92-93). Para Leff (2010), esse comportamento sugere uma racionalidade econômica, na qual os conceitos de modo de produção ocasionam uma transformação, em que a “mudança social delimita o efeito de conhecimento dos conceitos históricos e a força de trabalho constitui o processo fundamental na produção de mercadorias.” (LEFF, 2010, p. 31).

A partir da implantação de um sistema autorregulável, a organização da sociedade passa por alterações que derivam das exigências que o mercado com autorregulação possui de atrair uma sociedade a seu serviço. Para atender esse sistema é preciso que a produção de bens seja oferecida, e isso acontece por meio de uma regulamentação de preços. Diante dessa pretensão, a força de trabalho, a terra e o dinheiro tornam-se mercadorias e passam a ser vendidas. Todo esse sistema visa mais que atender as necessidades de subsistência de uma sociedade, ele envolve o interesse em acúmulo e lucratividade, exigindo para isso maior produtividade. A produtividade, por sua vez, acarreta a utilização de mão-de-obra e exploração de áreas mais amplas, o que muitas vezes leva a uma exploração de serviços oferecidos pelo homem e da própria natureza.

Diante de tais considerações, o objetivo do presente artigo é realizar um breve estudo sobre alguns sistemas econômicos existentes na sociedade não-mercantil e na sociedade com bases na autorregulação, buscando compreender como ocorreu o processo de implantação do mercado na sociedade, trazendo um pouco da história das relações sociais baseadas em economias não-mercantis e a influência e os efeitos que o sistema econômico de mercado ocasionou para a sociedade e para a natureza. Para isso, inicialmente faz-se um estudo sobre aspectos de alguns sistemas que não possuíam bases em um sistema de mercado e, posteriormente, como ocorreu o processo de implantação do mercado na sociedade, sendo este último o sistema que se encaminhou para um sistema autorregulável, e, decorrente disso, quais as principais transformações e as implicações sociais e ecológicas que essa ação de implantação do sistema econômico de mercado suscitou.

Desse modo, os estudos possuem embasamento principalmente em Polanyi (2000), ressaltando a economia não-mercantil e as implicações sociais do sistema econômico de mercado, e se assumem algumas colocações de Wilkinson (2002) no que diz respeito ao funcionamento dos mercados e igualmente, as suas implicações sociais, tomando de empréstimo alguns conceitos de Leff (2010) sobre as consequências da degradação ambiental proveniente da conexão entre natureza-sociedade impelidos ao acúmulo de capital.

Organização de uma sociedade baseada em economias não-mercantis

Desde os primórdios da história da sociedade, houve sistemas baseados em algum tipo de economia, ainda que isso não fosse (re)conhecido e nem tratado como tendo fins econômicos e lucrativos. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica, ou seja, isso acontecia de forma natural ou eventual, sem que se concebesse um caráter econômico para tais ações e os ganhos e lucros obtidos em trocas naquele período não desempenhavam um papel importante na economia humana (POLANYI, 2000, p. 62).

Os estudos dessas ações de trocas e permutas dos povos mais antigos geralmente são deixados de lado na análise da história da economia. Há certo abandono do interesse na cultura do homem “não-civilizado”, considerando-a irrelevante para se compreender aspectos imanentes às épocas mais recentes. Entretanto, as diferenças existentes entre os povos, por vezes definidos, como “civilizados” e “não-civilizados”, muitas vezes são exageradas, principalmente no que remete a esfera econômica, pois as mudanças e alterações acontecem de maneira distinta em diferentes sociedades, visto que o progresso da civilização acomete níveis e aspectos diversos (POLANYI, 2000, p. 64). Por exemplo, em algumas comunidades as mudanças ocorrem mais voltadas ao contexto intelectual e religioso e, sendo assim, outros setores como as condições materiais permanecem mais estagnados, enquanto que em outras comunidades acontece o inverso. Contudo, considerando tais diferenças na esfera onde predominam as transformações, pode se afirmar que em qualquer meio a economia afeta a sociedade e suas relações sociais e econômicas.

Segundo Granovetter e University (2007), durante um longo período teve-se a visão de que a imersão do comportamento econômico estava enfaticamente ligada às relações sociais de sociedades pré-mercantis, mas que se tornou mais autônomo com a modernização. De acordo com os autores “essa visão interpreta a economia como uma esfera diferenciada e cada vez mais separada na sociedade moderna, com transações econômicas não mais definidas por obrigações sociais ou de parentesco, mas por cálculos racionais de ganho individual.” (GRANOVETTER; UNIVERSITY, 2007). No entanto, muitos estudiosos questionaram essa concepção, afirmando que o rompimento na imersão desencadeado pela modernização e implantação de mercados modernos não é superior aos níveis de imersão encontrados em sociedades anteriores.

A economia do homem está submersa em suas relações sociais, ou seja, ele age de tal maneira, não propriamente para atender seu interesse individual em relação a bens materiais, mas para assegurar sua situação social. Desse modo, a valorização de bens materiais acontece na medida em que eles servem para o atendimento de seus propósitos. Portanto, os processos de produção e distribuição estão ligados

aos interesses sociais e esses interesses variam muito em diferentes contextos sociais, como por exemplo em comparação a uma pequena comunidade ou em uma ampla sociedade, ambas regidas por interesses econômicos diferentes (POLANYI, 2000, p. 65). Para Leff (2010), no que concerne a aspectos da história humana, “todo conhecimento sobre o mundo e as coisas tem estado condicionado pelo contexto ecológico, geográfico em que produz e se reproduz uma formação social determinada.” (LEFF, 2010, p. 23).

Muitas vezes, a ideia de considerar a história das civilizações era considerada irrelevante. Nesse sentido, Polanyi destaca que Max Weber (1864-1920) foi o primeiro dentre os historiadores a reivindicar tais posicionamentos, os quais deixavam de lado as economias primitivas, considerando-as como irrelevantes para os mecanismos das sociedades civilizadas. A posição de Weber destaca o papel do homem e a não modificação do mesmo como ser social. A partir disso, em relação ao papel do homem, examina-se que “seus dotes naturais reaparecem com uma constância marcante nas sociedades de todos os tempos e lugares e as condições necessárias para a sobrevivência da sociedade humana parecem ser as mesmas, sem mutações.” (POLANYI, 2000, p. 65).

Em se tratando de questões de sobrevivência, a explicação gira em torno do fato que o interesse econômico individual raramente é predominante, e isso é independente do caráter pessoal, pois a comunidade zela para que não falte alimento a nenhum de seus membros. Além disso, a conservação dos laços sociais também é de fundamental importância devido a diversos fatores. Um deles é que as obrigações sociais são recíprocas, portanto, deve-se conservar o código de generosidade estabelecido para o convívio social, de maneira que há a interação “dar e receber” entre os indivíduos. Essa situação exerce uma pressão sobre cada membro e isso chega, de certa forma, a eliminar do seu consciente o autointeresse econômico (POLANYI, 2000, p. 65-66).

Tal condição é reforçada pelas atividades realizadas em conjunto pela comunidade, na qual há a partilha de alimentos ou resultados de alguma atividade comunal. Além disso, há o prestígio social, o qual possui quem segue o código estabelecido pela comunidade, e representa outro fator que reforça a tendência para a generosidade no convívio social. Há, portanto, frequentes atos de troca, nos quais a reciprocidade é aguardada, e essas obrigações mútuas firmam as noções de convívio social e de não se ater a fins lucrativos e acúmulo de capital (POLANYI, 2000, p. 65-66).

Polanyi utilizou, para esboçar tal exemplo de convivência, uma comunidade da Melanésia Ocidental e, como destaca, o estudo se concentrou na pretensão de mostrar a maneira como as motivações econômicas se originam no contexto da vida social. Então, a questão sempre indagada por pesquisas modernas na área diz respeito, justamente, a essa “ausência de motivação de lucro, trabalho sem remuneração e ausência de instituição distinta e baseada em motivações

econômicas”. Sendo que uma comunidade se organiza dessa forma, então a questão é: “como se garante a ordem na produção e na distribuição?” (POLANYI, 2000, p. 66-67).

Para responder esta questão, têm-se como base dois princípios de comportamento, que são a reciprocidade e a redistribuição, ambos não associados, fundamentalmente, à economia. Desse modo, pode se entender que “a presença ou a ausência de mercados ou dinheiro não necessariamente afeta o sistema econômico de uma sociedade primitiva” (POLANYI, 2000, p. 78), visto que existem sociedades que realizam suas atividades econômicas sem possuir um sistema baseado em dinheiro e em instituições de mercado. As relações econômicas, neste caso, podem se dar com base na reciprocidade ou redistribuição, por exemplo.

Para Radomsky e Schneider (2007), a noção de reciprocidade possui bases em uma economia moral e funda-se “em recursos sociais disponíveis no território para aqueles que partilham os códigos sociais e que estão inseridos na história local” (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007). Ainda nesse sentido, o princípio da reciprocidade está ligado, sobretudo, à organização da família, parentesco, ajudando a assegurar a produção e a subsistência familiar, já que esse princípio tem como base o benefício mútuo.

A redistribuição, por sua vez, está relacionada especialmente às sociedades que possuem uma chefia em comum, apresentando assim, um caráter territorial. Esse princípio ajuda a garantir que os membros de uma comunidade ou organização tenham acesso ao básico necessário à sua sobrevivência. Neste princípio há o intermédio de um chefe, o qual armazena as produções dos membros da comunidade e as redistribui igualmente a todos (POLANYI, 2000, p. 67).

Esses dois princípios garantem o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração. Isso é possível porque a organização de sociedades que se baseiam nesses comportamentos cumprem as exigências com a ajuda de padrões, tais como a simetria e a centralidade (POLANYI, 2000, p. 68).

O padrão institucional da simetria corresponde a um aspecto comum da organização social entre povos iletrados. Já o padrão institucional da centralidade, presente em todos os grupos humanos, fornece uma via para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. Ambos os padrões encaminham-se e ajustam-se mutuamente às necessidades da reciprocidade e da redistribuição (POLANYI, 2000, p. 68-69).

Assim sendo, enquanto a organização social segue sua rotina habitual, a divisão social do trabalho fica assegurada automaticamente e as obrigações econômicas serão desempenhadas, ressaltando, assim, os meios materiais necessários para a sobrevivência, não havendo necessidade de interferência de motivações econômicas individuais, nem a ideia de lucro. Para Kenneth Arrow, as sociedades

“ao longo de sua evolução, desenvolveram acordos implícitos de respeito pelo próximo, acordos essenciais para a sobrevivência da sociedade ou pelo menos que contribuem em grande parte para a eficiência de seu funcionamento.” (ARROW, 1974, p. 26 apud GRANOVETER; UNIVERSITY, 2007). A generosidade é tida como virtude e não há a propensão à permuta, barganha ou troca. O sistema econômico é, portanto, “mera função da organização social.” (POLANYI, 2000, p. 69).

Diante desse contexto, o que deve ser considerado é que não se pode concluir que essas formas de organização, com base nos princípios socioeconômicos acima descritos, remetam apenas às comunidades antigas ou pequenas, nem que a economia sem lucro e sem mercado seja simples. Em algumas comunidades que possuem como base o princípio da reciprocidade, há uma das mais completas transações comerciais já identificadas pelo homem. E, embora muitas vezes um sistema de trocas de produtos ou objetos – principalmente quando envolve coisas valiosas – seja visto como sendo uma forma de comércio, na verdade o que acontece é que essa totalidade complexa é regida apenas por princípios de reciprocidade, sem fins lucrativos. Essa troca sistemática acontece durante longos períodos de tempo e por centenas de pessoas sem que existam registros ou administração e também sem vista a lucros, ou seja, o que domina não são os termos de permuta, barganha ou lucro, mas sim a reciprocidade, a qual resulta em uma sublime realização organizacional na área econômica (POLANYI, 2000, p. 69-70).

Em se tratando mais especificamente da redistribuição, nota-se que esta também possui uma história de longo prazo, remetendo desde os tempos mais antigos e chegando próximo aos mais modernos. Em uma economia que possui esse princípio, a maior parte dos produtos são remetidos em benefício da comunidade, ou seja, os produtos são compartilhados com as pessoas que vivem no mesmo local e o sistema funciona de forma que quem oferece hoje receberá amanhã e, como já mencionado, esse processo de armazenamento e redistribuição ocorre por intermédio de um chefe pertencente ao grupo.

Além dos princípios de reciprocidade e redistribuição, há um terceiro, o da domesticidade, que consiste na produção para uso próprio. Segundo registros, a prática de dispor de produtos para atender as necessidades próprias passou a ser um aspecto da vida econômica apenas em um plano mais avançado da agricultura, mas ainda assim não tinha vínculos econômicos com motivação de lucro nem mesmo com a instituição de mercado. O seu modelo é o grupo fechado, isto é, o princípio é de produção e armazenamento para atender as necessidades dos membros do grupo. O princípio da domesticidade é tão amplo, em termos de aplicação, quanto os de reciprocidade e redistribuição e a sua necessidade de comércio ou mercados não é maior do que no caso dos dois primeiros (POLANYI, 2000, p. 70-71).

Com base no contexto até aqui exposto, pode-se evidenciar que até a época que corresponde ao fim do feudalismo – especialmente na Europa Ocidental – os sistemas econômicos identificados tinham como base a organização segundo os princípios de reciprocidade, redistribuição ou domesticidade, ou até mesmo a combinação dos três. Esses três princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual se utilizava dos padrões de simetria e centralidade. Por meio dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens eram asseguradas através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 75).

A partir do século XVI, os mercados tornaram-se aparentes e mais numerosos e passaram a ter mais destaque, evidenciando o sistema mercantil e sendo uma das principais preocupações dos governos. Todavia, ainda não havia evidências de que os mercados passariam a controlar a sociedade e ainda não havia a concepção de um mercado autorregulável. A busca do homem é para obter um reconhecimento social, sendo os esforços produtivos consequências secundárias desse objetivo. Na sociedade não-mercantil, a economia do homem encontra-se “submergida nas relações sociais. A mudança para uma sociedade que, pelo contrário, se encontrava submergida no sistema econômico, constituiu um passo inteiramente novo” (POLANYI, 1978).

Implantação do mercado

Segundo Polanyi, “a permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação. Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda.” (POLANYI, 2000, p. 76). De acordo com o autor, sem a presença do padrão de mercado, a permuta não poderá produzir preços. De um modo geral, assim como a reciprocidade é auxiliada por um padrão simétrico de organização, a redistribuição é regida por alguma medida de centralização e a domesticidade deve ser baseada na autarquia, há de se considerar que a permuta também depende de um padrão para sua efetivação que, neste caso, corresponde ao mercado. Da mesma forma, assim como os três primeiros princípios podem estar presentes em uma sociedade sem nela ocupar o papel principal, o princípio da permuta também pode ocupar um lugar subordinado em uma sociedade, na qual predominam outros princípios (POLANYI, 2000, p. 76-77).

É preciso destacar, no entanto, que o padrão de mercado, ao qual está associado o princípio da permuta, é mais específico do que os padrões de simetria,

centralidade ou autarquia, pois esses últimos não originam instituições para apenas uma função. Vejamos que a simetria é um arranjo sociológico que padroniza as instituições já existentes, a centralidade, embora dê origem a instituições distintas, não provoca motivação que conceda particularização a uma instituição designada para uma função específica única. A autarquia econômica, por sua vez, é um traço acessório de um grupo fechado existente. Por outro lado, o padrão de mercado, o qual está ligado ao motivo da permuta ou da barganha, tem a possibilidade de criar uma instituição específica, que é a instituição de mercado (POLANYI, 2000, p. 77).

Por meio de tais características de mercado, é possível verificar que o controle do sistema econômico pelo mercado reflete de maneira fundamental em toda a organização da sociedade, e mais,

Significa dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (POLANYI, 2000, p. 77).

Então, diferentemente do que se pode pressupor a respeito da origem dos mercados, estes não tiveram seu princípio devido a atos individuais de permuta, aos quais se poderia presumir que desenvolveriam mercados locais e, em seguida, levariam ao estabelecimento de mercados internos ou nacionais. De fato, os atos individuais de permuta ou troca não levam, exatamente, ao estabelecimento de mercados em sociedades onde predominam outros princípios de comportamento econômico. Como já colocado, esses atos são habituais na maioria das sociedades primitivas, mas quando não atendem as necessidades básicas, são considerados apenas incidentais. Nos sistemas mais antigos de redistribuição, os atos de permuta eram frequentes e constatava-se a presença dos mercados locais, entretanto, apenas em caráter subordinado (POLANYI, 2000, p. 77).

Frente a esse contexto, constata-se que os mercados locais não surgiram, precisamente, a partir dos atos de permuta. De acordo com Polanyi, a origem dessa instituição está vinculada a uma série de providências designadas para proteger a organização econômica em voga na sociedade onde havia intervenção por parte das práticas de mercado. “A paz do mercado era garantida ao preço de rituais e cerimônias que restringiam seu objetivo, enquanto asseguravam sua

capacidade de funcionar dentro dos estreitos limites dados.” (POLANYI, 2000, p. 82). Nesse âmbito, a implicação mais expressiva dos mercados, incluindo nesse processo o nascimento de cidades e da civilização urbana, foi o produto de um desenvolvimento contraditório. As cidades, “crias dos mercados, não eram apenas as suas protetoras, mas também um meio de impedi-las de se expandirem pelo campo e, assim, incrustarem-se na organização econômica corrente da sociedade.” (POLANYI, 2000, p. 82-83). As cidades possuíram, então, uma dupla função em relação aos mercados, pois ao mesmo tempo em que elas o envolviam, também o impediam de se desenvolver, uma vez que ao restringir sua ampliação ao campo, limitava-se a sua abrangência e expansão.

Ainda que os mercados locais constituíssem, fundamentalmente, mercados de vizinhança e apresentassem importância para a vida das comunidades, tanto em relação à aldeia quanto às cidades, eles não reduzem o sistema econômico vigente a seus padrões. Os sistemas econômicos e os mercados representavam acessórios da vida econômica. Independentemente do princípio de comportamento predominante na economia de uma sociedade, o padrão de mercado conciliava-se com ele. Mesmo quando a ascendência dos mercados foi mais notável – ocorrida sob o sistema mercantil – sempre havia um controle de uma administração centralizada que amparava a autarquia; isso se constatava tanto no ambiente doméstico do campesinato quanto em relação à vida nacional (POLANYI, 2000, p. 83-89).

Implantação do mercado autorregulável

Em sociedades nas quais a economia não se baseava em mercados, esse padrão já se fazia presente, ainda que sua função não fosse primordial e o mercado autorregulável fosse desconhecido. A economia de mercado não exercia papel fundamental nas relações econômicas da sociedade.

A economia com base em um sistema autorregulável suscita-se da expectativa de que a sociedade se comporte a fim de atingir ganhos monetários. Essa economia presume a presença de dinheiro, sendo que este funciona como poder de compra para quem o possui. Desse modo, a produção será controlada pelos preços. O lucro dos produtores depende dos preços, os quais trazem rendimentos e é por meio desses rendimentos que a produção é garantida e os bens produzidos são distribuídos na sociedade. Constata-se, então, que “a ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços.” (POLANYI, 2000, p. 89-90). É importante ressaltar aqui que uma economia de mercado “é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável.” (POLANYI, 2000, p. 89).

O mercado autorregulável, portanto, significa que toda a produção é dirigida para a venda no mercado e, conseqüentemente, os rendimentos são o resultado de tais vendas. Nesse contexto, a formação dos mercados e a obtenção de rendimentos só poderão acontecer por meio das vendas. O mercado possui autoridade organizadora no âmbito econômico.

Para um melhor entendimento da trajetória de implantação do mercado autorregulável, podemos considerar o sistema mercantil e os mercados nacionais¹. No que diz respeito à organização social do trabalho, por exemplo, as motivações e as circunstâncias das atividades produtivas faziam parte da organização geral das sociedades. Embora houvesse a tendência do sistema mercantilista para a comercialização, este protegia os elementos da produção, trabalho e terra e os impedia de se tornarem objetos de comércio. O mercantilismo se interessava pelo desenvolvimento dos recursos do país, até mesmo pelo emprego por meio do comércio, porém considerava a organização tradicional da terra e do trabalho. Ainda que o mercantilismo insistisse na comercialização como política nacional, não considerava os mercados como sendo uma economia de mercado. Assim como os feudistas, os mercantilistas eram contrários à comercialização do trabalho e da terra. Entretanto, na economia de mercado, esta era a precondição. Assim, a transição para um sistema democrático e uma política representativa “significou a total reversão da tendência da época. Da mesma forma, a mudança de mercados regulamentados para autorreguláveis, ao final do século XVIII, representou uma transformação completa na estrutura da sociedade.” (POLANYI, 2000, p. 91-92).

A transformação de mercados regulamentados para mercados autorreguláveis refletiu em uma grande mudança, principalmente porque um mercado autorregulável requer uma separação da sociedade em duas esferas: a econômica e a política. Nesse sentido, considerando que em sistemas como os tribais, mercantis ou feudais não havia um sistema econômico separado na sociedade, a partir do século XIX, a atividade econômica passou a ser ter uma motivação distinta, a qual incidiu nas exigências do mercado autorregulável. A sociedade tornou-se subordinada às práticas de mercado. Isso decorre do fato de que uma economia de mercado envolve todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro e, assim, o que deve ser levado em consideração é que os dois primeiros

¹ As cidades elencaram obstáculos à formação do mercado nacional ou interno pelo qual pressionava o atacadista capitalista. Havia o propósito de se manter o princípio de um comércio local não-competitivo e um comércio a longa distância também não-competitivo, havendo, então, a ação dos burgueses, que dificultaram, por todos os meios a seu dispor, “a inclusão do campo no compasso do comércio e a abertura de um comércio indiscriminado entre as cidades e o campo. Foi esse desenvolvimento que forçou o estado territorial a se projetar como instrumento da “nacionalização” do mercado e criador do comércio interno.” (POLANYI, 2000, p. 86).

elementos “nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado.” (POLANYI, 2000, p. 92-93).

No sistema de mercado autorregulável, a organização produtiva era regulamentada pela ação dos preços, isto é, as alterações nos níveis de preços afetavam todo o sistema comercial. Com a queda dos preços todo o negócio era prejudicado, pois se os custos não baixassem ao mesmo nível, havia a necessidade das empresas liquidarem os produtos por preços mais baixos, embora nem sempre os preços de custos também fossem reduzidos. Inicialmente, o poder de compra era determinado e regulado pela própria ação do mercado, visto que o dinheiro é uma mercadoria, a qual a quantidade é controlada pela oferta e procura de bens que funcionam como dinheiro; isso é representado pela teoria clássica do dinheiro. Para essa teoria, “o dinheiro é apenas um outro nome para uma mercadoria usada na troca com mais frequência que outra e que, portanto, é adquirida principalmente a fim de facilitar a troca.” (POLANYI, 2000, p. 162). Assim, o dinheiro corresponde a uma mercadoria utilizada como um meio para a troca indireta.

Para esclarecer melhor essa relação entre trabalho, terra e dinheiro, tomemos o conceito de mercadoria, com a qual o sistema de mercado se vincula aos elementos da vida industrial. As mercadorias são definidas como sendo “objetos produzidos para a venda no mercado.” (POLANYI, 2000, p. 93) e os mercados são entendidos como sendo os compradores e vendedores. Desse modo, os objetos são produzidos para a venda, estando inclusos no mecanismo de oferta e procura, intermediados por um preço.

Tendo em vista os aspectos que permeiam o sistema de mercado, assim como a produção industrial, atenta-se para o fato de que muitos são os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento, e os principais são, como já mencionado, o trabalho, a terra e o dinheiro. Sendo assim, em uma sociedade notadamente comercial, esse fornecimento só poderia ser garantido de modo que os mesmos estivessem disponíveis à compra. Assim, eles poderiam ser organizados para a venda no mercado, tornando-se mercadorias. Esses elementos tinham que estar à venda para atender as exigências do mercado, o que introduziu o sistema fabril na sociedade comercial. Destarte, a economia de mercado em uma sociedade comercial está vinculada ao fato de ter que se organizar a produção para atender ao mercado, sob o mecanismo de compra e venda. Esse era o princípio pelo qual se organizava a economia de mercado: “o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado; a moeda deveria ser fornecida por um mecanismo autorregulado; as mercadorias deveriam circular livremente de país para país fossem quais fossem as consequências.” (POLANYI, 1978).

Foi com o crescimento do sistema fabril que o trabalho, a terra e o dinheiro transformaram-se em mercadorias, também para manter a produção em desenvolvimento. Entretanto, esses três elementos não puderam ser transformados em mercadorias reais, visto que não eram produzidos para a venda no mercado. São definidos então, como “mercadorias fictícias”. A ficção de serem assim produzidos “tonou-se o princípio organizador da sociedade. Dos três elementos, um se destaca mais: trabalho (mão-de-obra) é o termo técnico usado para os seres humanos na medida em que não são empregadores, mas empregados.” (POLANYI, 2000, p. 94-97).

Essa seria, portanto, a organização de trabalho que mudaria juntamente com a organização do sistema de mercado, acarretando também uma mudança no próprio sistema da sociedade, pois a organização do trabalho corresponde a uma forma inserida no modo de vida de uma sociedade em comum. Assim, “a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico.” (POLANYI, 2000, p. 97). Esse conceito de trabalho abstrato, juntamente com conceitos de valor e mais-valia, faz parte da historicidade, sendo o trabalho pensado como um “efeito do processo real histórico que produz uma sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral dos produtos do trabalho.” (LEFF, 2010, p. 30-31). Esse conceito possui sua base em Karl Marx, o qual explica que esta referida “abstração do trabalho em geral não é o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalho – o trabalho se transformou – não apenas enquanto categoria, mas na própria realidade, num meio de produzir riqueza em geral” (MARX, s/d apud LEFF, 2010, p. 57).

A história do contexto social do século XIX representou um duplo movimento, pois houve a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias autênticas e, ao mesmo tempo, esse processo foi seguido pela restrição em relação às mercadorias fictícias. Assim, de um lado tinha-se a disseminação dos mercados e de outro uma rede de medidas e políticas que se integravam em instituições com o intuito de limitar a relação do mercado frente ao trabalho, a terra e o dinheiro. Enquanto a organização dos mercados e mercadorias buscava expandir-se, despontou “um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado. A sociedade se protegeu contra os perigos inerentes a um sistema de mercado autorregulável.” (POLANYI, 2000, p. 98). Ainda que essa contraposição de movimentos servisse como meio de proteção para sociedade, ela era contrária ao sistema de mercado e sua autorregulação.

Para Abramovay (2004), a princípio, duas principais formas de estudar a organização dos mercados se destacam: o conhecimento dos mercados como mecanismo de formação de preços e o estudo dos mercados como estruturas sociais. O conhecimento dos mercados como mecanismo de formação de preços se define como a “alocação dos recursos a partir dos quais uma sociedade se reproduz e se desenvolve.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 35). E o estudo dos

mercados como estruturas sociais “enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado, e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 36). Desse ponto de vista, defende-se que não se trata apenas de encarar o mercado como uma entidade autorregulável, mas sim de se considerar os vínculos sociais a que este se liga. O objetivo então, “é mostrar que, nos mercados, os vínculos sociais concretos, localizados, são determinantes de suas dinâmicas e que, portanto, sua autorregulação depende da própria maneira como a interação social ocorre.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 56). Do mesmo modo, a compreensão do mercado como mecanismo formador de preços só pode ocorrer por meio do entendimento e consideração da interação social concreta. Dessa maneira, entende-se que essa interação pode abranger tanto as relações sociais quanto as relações da sociedade com a natureza.

Implantação do mercado e acúmulo de capital: consequências para a sociedade e a natureza

Até o século XIX, a economia das sociedades era definida pelas regras e costumes provenientes da organização social e a vida econômica não possuía um sistema de mercado como base. A sociedade era constituída pela organização das trocas econômicas, com base em uma combinação dos princípios de reciprocidade e redistribuição. A tendência para um ou outro princípio dependia da maneira de organização de cada sociedade (WILKINSON, 2002).

Com a economia de mercado autorregulável inserida no meio social, as economias não-mercantis não organizavam mais as relações econômicas e sociais, bem como a vida em comum compartilhada, os mecanismos de produção para a subsistência e as trocas recíprocas de uma sociedade. As ações comunitárias encaminham-se a um sistema diferente, o qual exige que os indivíduos se adaptem a uma nova organização econômica, embutida em lucros e interesses, subordinando, assim, a natureza e o homem a força de trabalho, a serviço de uma produção de capital. Com uma nova economia de sistema autorregulado de mercados surgiu uma nova sociedade em que “trabalho e terra foram transformados em mercadorias, foram tratados *como* se tivessem sido produzidos para a venda.” (POLANYI, 1978).

Com o sistema autorregulável, aproximadamente pelo período de um século, a sociedade moderna presenciou a contínua expansão do mercado. O crescimento acelerado desse sistema afetou o mundo de uma forma geral e empreendeu um novo tipo de vida para a sociedade e a natureza.

Quando entrou em voga uma sociedade basicamente comercial, surgiu também um processo de mecanização, e quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade

comercial, começou a se evidenciar a ideia de um mercado autorregulável (POLANYI, 2000, p. 59).

Sendo que um sistema de mercado impõe que a sociedade trabalhe a seu serviço, a visão de lucratividade é explícita e a pretensão é que os lucros sejam cada vez mais elevados. Para essa sociedade de mercado o uso de máquinas facilita a maior quantidade de mercadorias, uma vez que possibilita uma maior produção e mais agilidade. Mas para gerar lucros essa produção precisa ser garantida, e essa garantia é proveniente das matérias-primas, e estas não podem faltar para que não se interrompa o funcionamento das máquinas (POLANYI, 2010, p. 59-60). Assim, “o processo interno e expansivo da acumulação capitalista gera a necessidade de ampliar o âmbito natural que, como objetos de trabalho, apresenta ao mesmo tempo como objetos cognoscíveis.” (LEFF, 2010, p. 24).

Nesse processo, o homem e a natureza possuem uma atuação vinculada, já que “a produção é a interação do homem e da natureza”. Assim, “a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado.” (POLANYI, 2000, p. 162, 214). Se considerarmos que esse sistema é organizado por meio de um mecanismo autorregulador que envolve permuta e troca, logo, o homem e a natureza tenderão à submissão da oferta e da procura, processo este que os conduz a serem manuseados como mercadorias e, conseqüentemente, como bens produzidos para a venda (POLANYI, 2000, p. 162), tendo nesse processo e a serviço do mercado também a força de trabalho que “constitui o processo fundamental na produção de mercadorias” (LEFF, 2010, p. 31) e o uso dela “afeta também o indivíduo humano que acontece ser o possuidor dessa mercadoria peculiar.” (POLANYI, 2000, p. 95).

Foi justamente isso que ocorreu no sistema de mercado. O homem passou a ser a mão-de-obra; a natureza passou a ser a terra e ambos foram colocados à venda. A utilização da mão-de-obra poderia ser comprada e vendida em troca de salário e o uso da terra passava por uma negociação em que havia o pagamento de aluguel. Enquanto a produção era conduzida pelos mercados, a terra e o homem eram subordinados pelo mesmo (POLANYI, 2000, p. 162).

A produção para servir ao mercado se dá por meio de um processo que transforma os valores de uso natural em valores de uso para consumo, integrando a matéria do processo produtivo com o intercâmbio ecológico. “O modo de produção determina os processos de intercâmbio material com a natureza. No mesmo sentido, a energia humana atua como suporte da força de trabalho.” (LEFF, 2010, p. 53).

Nesse contexto, “o recurso natural e a força de trabalho não são entes naturais existentes independentemente do social, mas são o biológico determinado pelas condições de produção e reprodução de uma dada estrutura social.” (LEFF, 2010, p. 51).

O problema da articulação dos processos de utilização dos recursos naturais e os potenciais da natureza resultam de como acontece essa articulação, pois isso depende de como funcionam as leis sociais de determinada sociedade e as suas maneiras culturais de se organizar, as quais “regulam os processos produtivos e as condições de acesso e a apropriação da natureza, articulados com os efeitos do modo de produção capitalista ou de outras formações sociais dominantes.” (LEFF, 2010, p. 55).

Segundo Leff (2010), cada formação social determinada possui uma forma particular de cultura e modos de produção.

A conformação de seu meio ambiente, a história de suas práticas produtivas e sociais, seus intercâmbios culturais na história, determinaram a capacidade produtiva dos ecossistemas, a divisão do trabalho, os níveis de autoconsumo e a produção de excedentes comercializáveis. A intervenção mais ou menos forte do capital e dos Estados nacionais modificam estas modalidades de transformação do meio ambiente e dos estilos culturais pela introdução de novas técnicas e modelos produtivos (LEFF, 2010, p. 55).

Ou seja, se considerarmos uma sociedade inserida em modelo de mercado autorregulável, veremos que a produção não se limita mais ao atendimento da própria subsistência. “A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência.” (POLANYI, 2000, p. 60). Além disso, é preciso se adaptar a um sistema diferente, que passou a ordenar a venda de produtos e serviços. Dessa maneira, “as práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio.” (LEFF, 2010, p. 23). A produção excedente passa a ser comercializada com fins lucrativos, e mais que isso, a própria terra passa a ser cultivada com o propósito de aumentar a venda de produtos para atender não só o que é básico para a sobrevivência, mas também para o acúmulo de capital. Nesse processo, a mão-de-obra e a utilização da terra são levadas a atender os propósitos do mercado.

Deste modo, em se tratando de atender um propósito voltado à produção de capital, se pode notar que a natureza é incorporada tecnologicamente ao processo produtivo e a absorção da mesma está subordinada ao processo capitalista de produção, o qual envolve objetos de trabalho e de recursos naturais (LEFF, 2010, p. 50). Assim, as relações entre o conhecimento teórico e os saberes práticos aceleraram-se com o advento do capitalismo e com o modo de produção capitalista produz-se a articulação efetiva entre o conhecimento científico e a produção de mercadorias através da tecnologia (LEFF, 2010, p. 23-24).

A tecnologia, nesse contexto, “constitui-se no meio eficaz para a aplicação dos conhecimentos científicos à produção de mercadorias.” (LEFF, 2010, p. 71). Uma vez que o acúmulo de capital está em evidência, este exige uma confluência entre as ciências e os meios produtivos, com o intuito de elevar a eficiência e a força produtiva do processo econômico. Esses aspectos interligam os conhecimentos científicos em benefício de uma maior e melhor produção para assentar os propósitos mercantis. É importante destacar que, muitas vezes, a intenção de lucratividade e interesses comerciais submete a natureza em um mecanismo de exploração e consequente degradação, pois esses propósitos rentáveis frequentemente não atendem a necessidade de preservação do meio natural.

Como ressalta Leff (2010), a racionalidade econômica instaurada no mundo com a Modernidade se expressa em um modo de produção fundado no consumo da natureza de forma destrutiva, visto que sua principal característica é o desajuste entre as variadas formas e níveis de exploração e transformação dos recursos naturais e as condições ecológicas de conservação e regeneração. Assim sendo, “a aceleração em ritmos de rotação do capital e na capitalização da renda do solo para maximizar os lucros ou os excedentes econômicos no curto prazo gerou uma crescente pressão sobre o meio ambiente.” (LEFF, 2010, p. 88). Esse processo tende a uniformizar os cultivos e a reduzir a biodiversidade, acarretando uma produtividade crescente e levando os meios naturais a um declínio.

Depois que essa racionalidade econômica alcançou determinado nível de desenvolvimento, essa ação direcionou-se para a reprodução, acumulação e expansão do capital, gerando a divisão do trabalho, a troca desigual de mercadorias e, em consequência, a degradação ambiental (LEFF, 2009, p. 27). Nesse sentido, a dissolução do conceito de valor-trabalho ao valor símbolo resultou na capitalização da natureza e na hipereconomização do mundo, estabelecendo as condições materiais da produção como princípio da organização econômica. Assim, a racionalidade econômica levou a recodificação do mundo no que se refere a questões de valor econômico e deixando a ordem da natureza sem um referente suporte. Esse processo transpõe “a ordem econômica que converte o ser em *ser para a produção, em homo economicus*.” (LEFF, 2006, p. 77).

Nesse contexto, se considerarmos a utilização da natureza e o uso da força de trabalho como meios de produzir bens para atender o mercado, pode se afirmar que as consequências são notáveis, visto que essa produção se dá em níveis cada vez mais elevados e abrangentes, exigindo sempre uma produção maior, já que o acúmulo de capital é o propósito. Por assim ser, as áreas de terra para a produção também precisam ser ampliadas. Com a exploração crescente dos recursos naturais e o processo de expansão se ampliando, a natureza seria então reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Também traria sérias consequências à força de trabalho proporcionada pelo homem, pois, ao mesmo tempo em que um sistema possuiria a força de trabalho, também teria a

entidade física, psicológica e moral do fornecedor dessa mercadoria. Desse modo, o homem não teria mais a proteção das instituições culturais e isso tenderia a um transtorno e abandono social (POLANYI, 2000, p. 95).

Parece que, de fato, o que decorreu das características desse sistema foi o que se previa no que diz respeito à desarticulação da sociedade e da natureza, pois a consequência pode ser notada no que se constata da diferença ocorrida entre a troca de mercadorias, preços, salários desiguais, exploração de recursos naturais e força de trabalho. Ainda que o presente artigo não se detenha a estudar detalhes referentes ao processo que levou ao subdesenvolvimento de países explorados, percebemos como esses elementos de certa forma afetaram o mundo, pois o processo que levou a acumulação de capital impôs a necessidade dos países e sociedades expandirem suas fronteiras na exploração de recursos naturais e força de trabalho. Assim, até mesmo os aspectos que levaram à irrupção de países que vieram a assinalar-se como subdesenvolvidos, resultaram desse processo que “teve início desde a fase do desenvolvimento do capital mercantil.” (LEFF, 2009, p. 30).

A crítica atribuída à sociedade de mercado, no entanto, não se deve ao fato de sua base se fundamentar na economia, mas sim por sua economia ser baseada no autointeresse (POLANYI, 2000, p. 289), e embora a natureza resistisse a se submeter às leis e mecanismos do mercado, inevitavelmente ela “se degrada como externalidade do processo econômico.” (LEFF, 2010, p. 77). Por vezes essa degradação é recuperada, mobilizando mudanças sociais e transformando as relações de produção, baseando o desenvolvimento das forças produtivas em um espaço onde a valorização da natureza como objeto de trabalho e recursos produtivos se complementam aos processos de produção.

O mecanismo de acúmulo de capital sujeita a natureza à exploração e domínio por parte das forças de produção para o atendimento dos interesses lucrativos. Desse modo, para se evitar que a natureza fosse cada vez mais se degenerando, seria necessária uma articulação que trouxesse equilíbrio e sustentabilidade no uso dos recursos naturais e níveis de produção que possibilitassem a regeneração desses recursos. Entretanto, nem sempre essa regeneração ocorre, causando assim danos consideráveis para o meio ambiente e os recursos naturais.

Para uma sociedade com modos de vida embutidos em um sistema de mercado que mantinha o trabalho, a terra e o dinheiro como suporte para a existência, havia o receio de um aniquilamento diante das ações do sistema, considerado como uma força que, se não fosse controlada, levaria a destruição da sociedade. De fato, se fosse permitido que a economia de mercado se desenvolvesse a partir de suas próprias leis, haveria grandes males para a sociedade, pois um sistema de mercado estabelece exigências que direcionam o homem e os elementos de trabalho e produção a serviço da autorregulação. Decorrente disso, ocorreu uma reação defensiva por parte da sociedade contra transtornos que de algum modo afetavam

a mesma e vinham destruindo “a própria organização da produção a que o mercado dera vida.” (POLANYI, 2000, p. 161).

Para Polanyi (2000), os mercados de trabalho, terra e dinheiro são elementos de uma economia de mercado. No entanto, para o autor, a sociedade não suportaria os efeitos de um sistema com essas bases, “a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida” perante as ações do mercado e seu caráter autorregulador (POLANYI, 2000, p. 95).

Embora as presentes considerações não se estendam especificamente para as ações sociais e as organizações que tomaram posição a fim de rever os conceitos que o sistema autorregulável impôs para a vida da sociedade, é relevante destacar que essa desregulamentação das mercadorias fictícias de terra, trabalho e dinheiro chegou a um limite insustentável, o que “levou a uma implosão social, que, mais cedo ou mais tarde, forçou a reregulamentação do mercado pela sociedade” (WILKINSON, 2002).

Ressalta-se, portanto que o mercado foi, inicialmente, a consequência de uma intervenção do governo, o qual impôs à sociedade a organização do mercado, sem motivos econômicos. Diferentemente do seu sucessor, o sistema autorregulável do século XIX, que possuía uma formação econômica capitalista e dependia do autointeresse econômico para manter sua regulação. Na verdade, “a fraqueza congênita da sociedade do século XIX não foi o fato de ser uma sociedade industrial e sim uma sociedade de mercado” (POLANYI, 2000, p. 190) e mesmo se não existisse mais uma economia de mercado autorregulável, a sociedade industrial permaneceria.

Considerações finais

Em uma sociedade baseada em uma organização não-mercantil, as relações econômicas são asseguradas pela produção e divisão de produtos e a partilha entre todos os membros. Isso pode ser compreendido como uma organização social com divisão de trabalhos, mesmo que essas atividades não visem o lucro ou interesse individual, pois os membros desse tipo de sociedade trabalham para o bem comum e a economia fica assegurada por meio de princípios como a reciprocidade e a redistribuição. Assim, as ações econômicas das sociedades tradicionais eram atreladas a organização social, desligadas de rendimentos ou motivações individuais.

Foi a partir do século XIX que se implantou o sistema de mercado autorregulável e, paralelamente ao desenvolvimento desse sistema, submeteu-se a três elementos principais – terra, trabalho e dinheiro –, considerados então como mercadorias fictícias, devido ao fato dos mesmos estarem inseridos no processo de compra e venda. Esse processo resultou em uma experiência única na história, a qual

procedeu na disposição da sociedade para o mercado, subordinando-a aos mecanismos de compra e venda impostos pelo sistema e, também, incluindo a mão-de-obra humana e utilização depreciativa da natureza.

No sistema autorregulável a produção de bens não sustentava as atitudes recíprocas e não havia uma organização com base no compartilhamento de bens. Os bens produzidos eram destinados para o comércio, tendo como principal objetivo a obtenção de lucros e capital. Com uma produção destinada a atender os propósitos mercantis, conseqüentemente o homem e natureza viram-se submissos a esse sistema autorregulador.

Embora o artigo não tenha se detido a investigar profundamente as conseqüências promovidas pelo sistema de mercado autorregulável no que se refere à reação perante aos danos que este sistema vinha causando – para a sociedade e para a natureza – e ainda que esse estudo não tenha se estendido à situação dos dias atuais, podemos ressaltar que mecanismos com vistas ao interesse e lucratividade se fazem presente até mesmo nas estruturas sociais recentes, muitas vezes interferindo e dificultando a relação homem-natureza. E por mais que existam mecanismos de conservação e regeneração ambiental, evidentemente o processo de degradação proveniente da pretensão de interesses econômicos atingiu e ainda atinge grande parte das organizações sociais e dos recursos naturais.

Referências

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercado e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

GRANOVETTER, M.; UNIVERSITY, S. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 9, jan./jun., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POLANYI, K. **A grande transformação**: das origens à nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

_____. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. **Revista Trimestral de História e Ideias**. Edições Afrontamentos, Porto (Portugal), 1978. Disponível em: <http://adelinotorres.com/economia/Karl%20Polanyi_A%20nossa%20obsoleta%20mentalidade%20mercantil.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília v. 22, n. 2, p. 249-284, mai./ago., 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/402.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. vol. I, cap. I-VI, p. 17-54, Nova Cultural, 1988.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

Endereço para correspondência:

Daiana Aparecida Furlan Ecker – daianafurlanecker@hotmail.com
Via do Conhecimento, Km 1, Bairro Fraron
85503-390 Pato Branco/PR, Brasil

Miguel Angelo Perondi – perondi@utfpr.edu.br
Via do Conhecimento, Km 1, Bairro Fraron
85503-390 Pato Branco/PR, Brasil

Nilvânia Aparecida de Mello – nilvania@utfpr.edu.br
Via do Conhecimento, Km 1, Bairro Fraron
85503-390 Pato Branco/PR, Brasil